



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1051/12	DATA: 09/07/2012
INÍCIO: 10h16min	TÉRMINO: 11h50min	DURAÇÃO: 01h34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h34min	PÁGINAS: 37	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA ILNA LIMA E CASTRO - Juíza da 12.^a Vara Criminal de Fortaleza - CE.
FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE - Promotor de Justiça da 12.^a Vara Criminal de Fortaleza - CE.
JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua.

SUMÁRIO: Diligência sobre o tema da CPI.

OBSERVAÇÕES

Diligência realizada na 12.^a Vara Criminal de Fortaleza - CE.
Há falhas na gravação.
Há expressão ininteligível.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como Presidenta da CPI que investiga turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes, nessa primeira visita nossa a uma instituição aqui, no Estado do Ceará, eu declaro aberta esta diligência. Nós estamos, neste momento, na 12ª Vara Criminal, Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Estamos com a Juíza Titular, Dra. Maria Ina Lima de Castro, e a 12ª Promotoria de Justiça Criminal do Ministério Público do Estado do Ceará, com o Promotor de Justiça, Dr. Francisco Carlos Pereira de Andrade.

Então, eu declaro aberta, portanto, esta diligência ao Fórum aqui no Estado do Ceará. E eu queria, em primeiro lugar, agradecer a acolhida, agradecer a oportunidade que estamos tendo neste momento de estarmos eu, a Deputada Liliam Sá, que é a Relatora da CPI, Deputada Gorete, Deputado Padre Linhares, estarmos aqui para que possamos traçar um diagnóstico. Nosso objetivo aqui no Estado, como em outros lugares que nós estamos visitando, é traçar um diagnóstico que não diz respeito apenas à incidência, mas diz respeito também a que estruturas o Estado tem para que nós possamos promover, para evitar, inclusive, a exploração sexual de crianças e adolescentes. Mas que possamos também estar revendo quais são os níveis da estrutura que temos para podermos provocar o atendimento a essas crianças e adolescentes e também a responsabilização dos agressores.

Aqui tem um trabalho acumulado, tanto da Câmara de Vereadores, quanto da Assembleia Legislativa, que já realizaram CPIs. Nós temos, portanto, dados acumulados, e é preciso que a gente avance na perspectiva de encarar assim: qual é o nível de atendimento? E, ao mesmo tempo, o nível de responsabilização. Nós sabemos que o nível de responsabilização demanda estruturas tanto do Poder Executivo, ou seja, as polícias que têm que ser aparelhadas o suficiente...

Aqui, no Estado, nós temos — parece-me que é o único caso do Brasil, não tenho certeza — uma delegacia especializada em crianças vítimas de exploração sexual e de violência sexual. E me parece que é o único local do Brasil que existe, não tenho certeza. Mas não temos notícia de que haja uma estrutura como essa em outro local. E aí, nós estamos aqui para isso, para ver qual o nível de condições que o Estado tem para elaborar inquéritos robustos. Porque, se você não elaborar inquéritos robustos, você provavelmente terá uma fragilidade e uma dificuldade de responsabilização.



O nível, inclusive... Os resultados das CPIs que aconteceram aqui... E a Deputada Gorete falava sobre a identificação de redes. Mas o que resultou de responsabilização destes que se organizavam em redes e lucravam à custa de nossas crianças e adolescentes? E o nível de atendimento.

Vejam, nós tivemos um avanço grande no País, que foi o Disque 100. O Disque 100 significa desnaturalizar e significa responsabilidade da pessoa de estar denunciando a exploração sexual como algo que não pode ser admitido, que a gente não pode se acostumar com ela. Mas o Disque 100 tem nos indicado também que ainda que tenha aumentado o nível de denúncias — e está aumentando, cada dia que passa aumenta mais o nível de denúncia, a população se apropria desse instrumento e denuncia a exploração, a violência sexual em geral —, nós precisamos ver o que acontece com essa menina, o que acontece com esse menino que foi vítima de exploração sexual, que estrutura o Estado, os CREAS...

Enfim, nós estivemos, por exemplo, na Paraíba, e ali vimos que de centenas de casos detectados no Disque 100, apenas 15 tiveram atendimento no CREAS. Então, significa que as crianças estão sem... Na Paraíba, também tem o depoimento de uma menina. Há 2 anos houve a denúncia de violência sexual e ela não teve, de fato, nenhum tipo de atendimento ainda. Teve atendimento psicológico para elaboração do depoimento dela, mas nenhum tipo de atendimento para que ela possa ressignificar a sua vida. Nós também vimos, no Rio Grande do Norte, uma menina que estava há 2 anos... A menina com 11 anos, a denúncia aconteceu quando ela tinha 9 anos, com a mãe... A menina com a mãe, e não tinha recebido qualquer tipo de atendimento. Estava prestando, inclusive, o primeiro depoimento num processo, num inquérito na delegacia. Então, é preciso cuidar das meninas e meninos que são vítimas de exploração, para que possam ressignificar sua vida. *(Falha na gravação.)* Então, por isso nós estamos aqui.

Nós encaminhamos para todos os Governadores, os Procuradores do Ministério Público, o Procurador-Geral do Ministério Público de cada local, também para as instituições, Ministério Público, Poder Judiciário, enfim, de todo o Brasil, para que nós pudéssemos fazer esse mapeamento. Até porque nós sabemos que as redes de *(falha na gravação)* vão mudando a sua forma de operar. Então, elas não estão mais nas ruas. Elas utilizam os instrumentos de Internet. E a gente não tem



resposta para isso. Porque uma das coisas que nós estamos constatando é que, no setor de inteligência, de investigação, nós precisamos de profissionais em tecnologia de informação, para que você enfrentar as novas formas, como as redes estão se posicionando. Então, na verdade, é isso, nossa intenção aqui é essa. Vou passar para a Relatora, depois para os Deputados, para que eles possam se posicionar.

E nós precisamos disso: de diagnóstico, de ver qual o nível de responsabilização, quantos processos se transformaram em inquéritos, quantos inquéritos se transformaram em denúncias do Ministério Público, quantas denúncias, processos judiciais tiveram uma conclusão e uma responsabilização. Porque, senão, der um fim à impunidade, ela provoca a naturalização. Então, não adianta só constatar, mas ver o que nós vamos... É um pouco o que Sartre dizia: não adianta apenas perceber o que fizeram conosco, mas o que nós vamos fazer com o que fizeram conosco — alguma coisa assim.

Eu vou passar para a nossa Relatora, Deputada Liliam Sá, e depois para os Deputados que foram autores desta diligência e desta audiência pública.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bom dia a todos. Sinto-me muito honrada de poder estar aqui no Estado do Ceará, na Capital, Fortaleza, uma cidade linda. Saímos ontem do Rio de Janeiro, uma chuva, chegamos aqui, este calor maravilhoso, e de podermos falar de um assunto tão importante como este.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas, como foi bem colocado pela nossa Presidenta da CPI, porque, nos primeiros quatro meses deste ano, a Juíza, Dra. Ilna Lima, estava falando aqui com a gente que as redes não existem mais. A senhora não tem mais notícia das redes porque elas foram desbaratadas. Mas nós sabemos que elas se reorganizaram. Nós estivemos em outros Estados e sabemos que elas estão agindo de outras formas, pela Internet, elas estão agindo de outras maneiras.

Então, nós gostaríamos de saber se a senhora tem algum indício dessas redes, através da Internet, de que forma elas estão sendo reorganizadas no Estado do Ceará. E também, como a senhora falou, o Ceará ficou em 6º lugar no *ranking* do Disque 100 no caso da exploração sexual, mas a CPI da Câmara de Vereadores apontou 74 pontos de exploração sexual, e eles entregaram o relatório final. Nós gostaríamos de saber se vocês tiveram acesso a esse relatório final, se esses locais que estavam sendo falados no relatório final — que seriam hotéis, bares,



restaurantes — foram penalizados, se eles continuam funcionando, se foi preso alguém, se eles foram penalizados de alguma forma.

Nós queremos também ter essas informações, porque isso ficou no relatório final. Nós vamos pedir até ao Ministério Público Estadual uma cópia desse relatório, para que a gente saiba o nível de responsabilização dessas pessoas, o que aconteceu com essas pessoas que foram identificadas através da CPI da Câmara de Vereadores.

Nos primeiros 4 meses, foi apontado também que as denúncias aumentaram, no Estado do Ceará: de 920 passaram para 1.546. E o que dizem é que as pessoas se conscientizaram mais, por isso que aumentou, não que tivesse aumentado a exploração sexual, mas que aumentou, sim, foram as denúncias. Nós gostaríamos de saber se isso realmente é verdade. O que a senhora tem para dizer para a gente que possa ajudar a nossa CPI para até montarmos uma estrutura do que o Brasil está precisando nessa área e o que está faltando para a gente combater mais a exploração infanto-juvenil.

Nós viemos aqui pedir a sua ajuda para que esta CPI possa ter êxito aqui no Estado e também a gente poder trazer a experiência e poder ajudar de alguma forma.

Muito obrigada.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Deputada Gorete Pereira.

Bom dia a todos.

Dra. Ilna e, agora, nossa Presidenta Erika, aqui, nossa Relatora Liliam, Padre José Linhares, aqui presente nesta diligência, eu acho muito penoso ainda, em pleno século XXI, estarmos reunidos ainda tratando da violência da criança e do adolescente.

Realmente, a gente tem uma satisfação de dizer que eu acho que, no Ceará, tem reduzido bastante. Hoje existe, como já foi dito aqui, uma vara especializada disso. Mas também existe toda uma coleção de pessoas que estão preocupadas em inibir realmente os taxistas. Os hotéis estão tendo uma fiscalização enorme agora.

Hoje, o hotel que for pego com uma criança menor entrando no hotel, mesmo desacompanhada, como faziam anteriormente; esse hotel pode perder o alvará.



Pode ser punido o dono do hotel. Da mesma forma, os taxistas, quando estão indo para os hotéis, está sendo aberta a mala do carro, atrás. Muitas vezes eles escondiam as crianças na mala do carro, botavam um adulto na frente com eles e a criança estava lá na mala do carro ou, então, estava escondida no banco de trás. Também está sendo feita uma fiscalização muito grande disso.

Eu acho que o Ceará, hoje, ser o sexto Estado do Nordeste ainda está... Porque nós sabemos que isso está muito ainda arraigado na educação do povo brasileiro. Nós ainda estamos... Somos uma Capital aqui que recebe uma quantidade muito grande ainda de turistas.

Essa necessidade de se olhar o turista que vem para o Brasil, que é o turista que... Numa época em que a gente fez uma CPI, a gente estava inibindo também o turista desacompanhado, porque, naquele momento, o dólar estava muito alto, o euro muito alto, e valia a pena qualquer nível de pessoa da Europa ou dos Estados Unidos vir para o Brasil. E, muitas vezes, vinham desacompanhados, atraídos não pelo sol, pela cidade, mas atraídos exatamente por essa rede que trazia para o Ceará esse tipo de envolvimento.

Com isso, agora, a gente, eu acho, com mais esta CPI da Câmara Federal, fica muito alegre em saber que, com certeza, vai ter agora esses dados do Brasil inteiro. Vamos provocar para mostrar para o Brasil também os dados ainda existentes e, com isso, a gente diminuir a provocação e diminuir mais ainda os casos.

Então, a Dra. Ilna está de parabéns aqui, porque recebe todo dia. Não vai nominar, mas vai generalizar os casos logicamente. A gente fica satisfeito em participar desta CPI e desta diligência.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Em primeiro lugar, os nossos cumprimentos e votos de boas-vindas.

Talvez a nossa Dra. Ilna e o Dr. Francisco não saibam que a Erika é cearense também. A Erika é alencarina também. Nasceu aqui em Fortaleza. Mas, ela tem muitos vínculos ainda aqui no Ceará.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-la, cumprimentar Liliam Sá, Gorete, já que os nossos outros dois companheiros, por motivos certamente superiores, não



puderam comparecer, e dizer da acolhida tão cordial da Dra. Maria Ina e, sobretudo, aqui, do Dr. Francisco Carlos Pereira de Andrade, pessoas que têm muita relação conosco, sobretudo comigo, porque nós somos lá dos sertões bravios desta terra.

Bom, a nossa presença aqui...

Quero saudar também os auxiliares da senhora, todos que estão aqui.

A nossa vinda até aqui, naturalmente... Nós não temos missão policial, não temos missão judicial, mas nós temos missão de pesquisa. É importante hoje se trabalhar com o conhecimento. O conhecimento, eu penso que é o instrumento, a arma mais forte que nós temos hoje para detectarmos os problemas sociopolítico-econômicos e sobretudo traçarmos, após todo este levantamento, este acervo de dados que certamente nós iremos ter na nossa Comissão, oferecer aos governos, aos governantes, instrumentos para que a gente possa erradicar esses males tão violentos que hoje atingem a nossa juventude.

Estávamos a conversar, antes da chegada da nossa Presidente e da nossa Relatora e da Gorete, que existem dois problemas que confluem: é o *crack* e a prostituição. Os dois caminham quase simultaneamente juntos: onde existe o *crack*, existe a prostituição. Eu até diria que é a escala: primeiro, o *crack*; segundo, a prostituição.

Aqui, nós que conhecemos bem a nossa orla marítima muito bonita, a gente tem muita tristeza, porque hoje, quando nós nos sentamos numa daquelas mesinhas onde estão sendo vendidos os nossos artesanatos, chegam aquelas crianças, às vezes maltrapilhas, fragilizadas, já totalmente destruídas como pessoas humanas. E o pior é que elas têm a espontaneidade "maligna", digamos assim, colocando entre aspas a palavra maligna, de se oferecerem. O oferecimento é quase espontâneo. Chega à raia daquilo que eu chamo de absurdo: elas dizem até o preço: "*Eu me ofereço por tanto.*"

Quero dizer que é uma tristeza profunda quando a gente contempla o futuro da nossa juventude. E eu dizia há pouco tempo para a nossa Dra. Ina e para o nosso Dr. Francisco que eu passei 35 anos como diretor de colégio. Desde colégio primário, ginásial e universitário. E há 25 anos passados, os meus colégios não tinham isso. Não se pensava nisso. O colégio tinha uma multiplicidade de afazeres, haja vista o fruto desse colégio: o Governador é fruto do colégio, Ciro é fruto do



colégio, o Prefeito da cidade é fruto do colégio, o Vereador é fruto do colégio, 85% dos médicos, das pessoas, dos bacharéis, engenheiros e quejandos eram frutos dos colégios.

O colégio tinha atividade que eu chamaria atividade extracurricular, mas que era esporte, era teatro, que era música, que eram competições saudáveis. Naquele tempo, a palavra tertúlia tinha dois significados: tinha a tertúlia que fazia a dança, mas tinha a tertúlia ali que era área — a tertúlia da matemática, a tertúlia da história, a tertúlia disto.

Infelizmente, hoje eu acho que a comercialização do colégio, sobretudo do colégio particular, essa preocupação que eu chamaria obsessiva...

O meu colégio era o Colégio Sobralense. Ele tem uma história belíssima. Infelizmente, logo que eu deixei o colégio, cederam-no para esses grupos majoritários, hoje, que comercializam a educação.

Então, nessa realidade, que eu chamo educacional, porque nós não vamos combater nem com polícia, nem com a Justiça, a sociedade tem de entrar. É uma luta coletiva. Eu chamaria é um mutirão que terá de ser convocado para terminarmos tudo isso.

O específico nosso aqui, Dra. Maria Ina e Dr. Francisco, é os senhores nos ilustrarem um pouco. *“Olhem, o cenário aqui no Ceará é mais ou menos isto.”* Algumas coisas nós Deputados conhecemos. Conhecemos porque a gente visita todos os recantos daqui. E há outras atividades também similares a essa que também nos são confiadas. E muitas vezes nós vamos e sentamo-nos à beira mar, ali, com outras pessoas, e assistimos, ao vivo, a cenas tristes como essa que eu acabei de descrever.

Então, este cenário que está sendo, que vai ser certamente esboçado por vocês, vai ser muito eficaz, muito eficiente para que nós possamos, depois, ter o mapeamento, termos a situação nacional. E, depois de termos esse retrato nacional, que eu chamaria aqui não seria o retrato simplesmente fantasmagórico, mas em preto e branco, verdadeiro, talvez a gente pudesse ter condições de chegar aos nossos mandatários maiores e dizer: *“Olha, existem caminhos, existem soluções, existem perspectivas.”* E não ficarmos simplesmente na lamentação. Porque eu acho triste, dentro dos cenários que...



Esse rapaz que vem chegando aqui é um dos meus ex-alunos. Então, veja como eu tenho ex-aluno importante. Ele sabe perfeitamente. Hoje ele é um médico, um Deputado, e sabe muito bem como era a educação que ele recebeu. Uma educação embasada dentro da seriedade, da honestidade, do critério. Tudo isso... Eu penso que tudo tem de começar pela educação.

Mas nós não estamos aqui para chegarmos, digamos, às terapias. Nós estamos aqui ainda na fase dos diagnósticos. E, como diz o Dr. João Ananias, ninguém chega à patologia simplesmente fazendo o diagnóstico. O diagnóstico é fundamental para que, depois, tratemos que a patologia seja tratada.

Então, agradecendo, vamos agora ouvir o Dr. João e, depois, ouvir, que é a nossa ansiedade maior, os nossos titulares desta pasta, Dra. Maria Ina e Dr. Francisco, que tão cordialmente estão a nos receber.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Bom, eu, primeiro, quero pedir desculpas aos colegas Deputados, às colegas, à Dra. Ina e ao Dr. Carlos. Eu venho de um compromisso com o pessoal do INCRA, que era uma assembleia geral, pessoal que está em greve, servidores públicos federais aí numa situação difícil. Nós tínhamos marcado esse compromisso e atravessamos a cidade toda, de lá para cá. Não preciso dizer nada. Vocês sabem bem como é que está.

Quero dar boas-vindas aqui às duas Deputadas. Esta, metade dela é cearense, Érika. Sejam bem-vindas aqui. Gorete, Padre José Linhares, que estão conosco aqui nessa luta.

Primeiro, só quero agradecer a sua atenção — a sua atenção — por receber aqui esta CPI. Esta CPI tem buscado, na realidade, congregando algumas outras que vêm ocorrendo no País todo. Isto não é surpresa; isto é uma coisa, infelizmente, corriqueira: o abuso sexual, turismo sexual, o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A CPI tem buscado, lá na Câmara, atrair todas as denúncias e buscar consequências. É um assunto extremamente amplo, porque, como eu já disse, ocorre, hoje, de forma massiva, infelizmente, no País todo.

Mas nós estamos buscando, através da nossa Presidenta, que é a Érika, e a Relatora, encaminhar de forma mais consequente, aproveitando relatórios já ocorridos, como aconteceu aqui na Câmara Municipal de Fortaleza — inclusive, hoje



à tarde, a Relatora deverá apresentar o relatório da CPI da Câmara Municipal —, para que a gente busque, na realidade, coibir essa questão que é, antes de tudo, um abuso fundamental do direito da criança, do direito do adolescente, e que esta sociedade convive com isso no dia a dia. Ficam alguns poucos numa luta quixotesca contra isso, alguns militando, chegando ao limite da sua capacidade, e a sociedade, muita gente convivendo com isso, por várias razões, por muitas razões.

Ontem, eu vi uma matéria em que uma mãe, só para ilustrar isso... O pai legítimo molestou sexualmente as quatro filhas. A mãe sabia, e argumentou porque ela era dependente financeira dele. Quer dizer, infelizmente, é esse perfil ainda da desigualdade social contribuindo também com isso. Quer dizer, a mulher como vítima, vítima histórica do machismo, vítima histórica porque é dependente financeira do homem e ainda ter que aguentar, tolerar uma coisa grave como essa, Padre José Linhares.

Portanto, eu quero me somar, apesar de, Dra. Ilna, Dr. Carlos, nós termos tantos eventos simultâneos na Câmara. A gente fica correndo: é Comissão; é não sei o quê; é isso; é CPI. Eu tenho participado na medida do possível. Mas, aqui, no Estado, estamos tentando contribuir, colocando aquilo que vocês já apuraram, aquilo que já é um trabalho, sem dúvida nenhuma, da Justiça, que tem sido uma grande aliada dessa causa. Sem dúvida nenhuma! Apesar de a gente ainda precisar avançar muito mais.

Então, eu quero me somar ao esforço das companheiras e do Padre José Linhares, aqui, nesse sentido. E agradeço à senhora e ao Dr. Carlos pela gentileza de nos receber no seu mister, no seu trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dra. Maria Ilna, eu queria que a senhora pudesse falar também sobre esta vara, que é específica para criança vítima...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Vou explicar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...com recortes de exploração sexual.

Segunda coisa, para o Dr. Francisco Carlos: Fortaleza vai sediar a Copa também. Que mecanismos estão feitos para proteção das crianças e adolescentes no que diz respeito, particularmente, à violência sexual com o advento da Copa?



Nós temos três linhas de atuação. Uma delas é a questão dos eventos, dos grandes eventos, onde está colocada a Copa. Ou como Brasil se prepara para não recrudescer o turismo sexual que vitima crianças e adolescentes. Segunda, são as grandes obras. Terceira, são as fronteiras, porque estão chegando muitas denúncias que dizem respeito à fronteira. Inclusive vamos passar uma semana no Norte, nas fronteiras. Vamos também fazer essa discussão — Paraguai, Mato Grosso do Sul — porque existe, realmente, permeabilidade nas fronteiras que têm prejudicado nossas crianças. Então, seriam essas duas coisas. A questão se há alguma preparação específica tanto do Ministério Público quanto da vara do Poder Judiciário, acerca dos eventos, e o caráter da própria vara para entendermos melhor. Só isso.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Sejam bem-vindos todos, Deputada Erika, Deputada Liliam, Deputada Gorete Pereira, Deputado José Linhares e Deputado João Ananias. Sejam todos bem-vindos. Eu quero pedir desculpas, principalmente, aos Deputados da Assembleia local. Eu já tinha sido convidada a participar dessa questão lá na Assembleia. Mas, infelizmente, eu tinha audiências nesse dia, e eu sou muito compromissada com a vara e não pude comparecer. Foi só o Dr. Carlos. Mas justamente por isso. Hoje, vocês tiveram sorte porque eu estou aqui, porque eu estou de férias. (*Risos.*) Então, eu pude recebê-los. Eu estou de férias, não estou viajando, posso recebê-los. Mas quando tem audiência eu faço tudo para não adiar a audiência, só no caso extremo. Mas, estou à disposição de todos para mostrar o nosso trabalho do Poder Judiciário quanto a essa questão.

Quero dizer para vocês a competência da vara. A vara foi criada em 1998, na época em que Desembargadora Águeda era Presidente do Tribunal de Justiça. Então, foi criada, primeiro, para crimes contra crianças e adolescentes. Caminhou-se bem a vara, em 1998, em maio de 1998. Eu assumi em outubro de 1998. A vara foi criada em maio. Em outubro, eu assumi, porque assumiu um colega meu, depois a Desembargadora achou por bem eu assumir essa vara. Então, assumi em outubro de 1998. Quer dizer, não é de ontem que eu estou nessa vara. Estou há 14 anos. E a vara vinha caminhando muito bem, mas chega a um ponto em que o número de processos ficaram muito alto por causa da sua competência. E ficaram a desejar alguns problemas justamente de abuso e exploração sexual. Por quê? Porque havia



muitos casos de assaltos, e esses eram presos, e os presos ficam, prevalecem diante dos soltos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erica Kokay) - A vara também...
(*ininteligível.*)

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não, a vara lidava com crimes contra criança e adolescente. Então, era todo tipo de crime: furto, assalto, todo tipo, menos júri e trânsito e crime de menor potencial ofensivo e tóxico também. Mas existem muitos processos principalmente de assaltos. Por quê? Porque nem eram só as crianças e adolescentes que eram assaltados, mas também existiam os que são vítimas, que são os incluídos no concurso, concurso formal, que é aquele em que o infrator praticava um roubo, um exemplo, em concurso com outra pessoa. Aí, o que acontecia? Em concurso com um menor. Aí, o menor era infrator e, ao mesmo tempo, vítima de corrupção de menor. Então, tudo ficava nessa vara.

Então, o número foi muito grande, foi-se avolumando o nosso trabalho, poucos funcionários, e eu fiquei numa angústia muito grande, e digo a vocês que me balancei para ver se eu ficava. Por quê? Acontece que essa vara sempre trabalhou muito bem, e eu gosto muito de colocar minhas coisas em dia. Ficou numa situação que eu não podia mais colocar em dia. Não tinha como, não tinha, nem outro juiz resolveria. Então, o que foi que aconteceu? Eu comecei a lutar para diminuir a competência dessa vara, ver que os processos mesmo, que o objetivo de essa vara ter sido criada foi por causa dos crimes de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Então, eu entrei com uma proposta no Tribunal de Justiça para que fosse delimitada a competência para crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. E, graças a Deus, o Tribunal, mediante o Órgão Especial, reconheceu que a vara deveria ter competência exclusivamente contra crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Isso aconteceu no dia, mais ou menos, a portaria, o ato, o provimento — não foi Fernando? — foi, mais ou menos, o provimento foi em novembro de 2011, não foi? Foi. Novembro de 2011. Agora, recentemente.

Então, nós apanhamos muito tempo e em muitos processos, mas, mesmo assim, com poucos funcionários, eu tentava que a gente não baixasse a cabeça,



vamos trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar. E, assim, graças a Deus, saiu esse provimento, mudando a competência da vara, e nós, graças a Deus, ficamos muito felizes. Então, a vara foi o que...

Todos os processos que não eram contra a dignidade sexual da criança e do adolescente foram distribuídos para as demais Varas. E ficou aqui só crime contra a dignidade sexual de criança e adolescente. Só que, com o advindo da virtualização, nós temos ainda processos aqui que não são nossos, porque estão virtualizados, e nós ainda estamos validando — vocês sabem que esse processo é muito lento —, nós estamos ainda validando esses processos, para encaminhá-los a outras Varas. Para dizer a vocês, atualmente, nós estamos com 2.347 processos, mas nem todos são nossos. Vão todos para as outras Varas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os outros processos contra crianças foram distribuídos?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Distribuídos para outras Varas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, há uma vara que cuida de crimes contra crianças em geral?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não, não há.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então foram distribuídos...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - A que havia era esta, que ficou inviável...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas há uma vara específica...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - ...que ficou inviável de agir. Então, foi...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas há uma vara para adolescente infrator.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Tem vara para adolescente infrator, tem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Uma vara específica para adolescente infrator.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Tem.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não existe é para criança e adolescente vítimas de outras...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - De outras, não. De sequestro, de roubo, não há.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. Tá.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Então, pensou-se muito em criar outras varas, está entendendo? Mas é o tipo da coisa, o resultado foi muito positivo em limitar essa vara: só crime sexual contra criança e adolescente.

Então, nós estamos hoje com esse número, 2.347 processos, mas ainda existem muitos que são de outra varas, porque, só depois de validar, é que a gente pode encaminhar. Porque vocês estão sabendo — eu não sei se vocês estão sabendo — que aqui está sendo virtualizado, não é, o Fórum Clóvis Beviláqua. Todas as varas estão sendo virtualizadas. E esse processo é muito lento, realmente é muito lento.

Quanto ao caso específico aqui, sim, quero dizer a vocês que nós trabalhamos aqui em conjunto: Ministério Público, Defensoria Pública e funcionários, que são muito importantes para que a vara tenha bons resultados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos Defensores?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Defensores, um: um Defensor Público e um Promotor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com esse recorte, não é?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É. Assessores, nós não temos Assessores. Nós temos o Diretor de Secretaria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E um Promotor?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É, um Promotor. Temos o Diretor de Secretaria, que é o Dr. Fernando, que é como um assessor do juiz. Ele desempenha o trabalho dele muito bem, graças a Deus. Está comigo há quantos anos? Oito? Sete anos o Fernando está sendo assessor e, se Deus quiser, vai ficar até...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dra. Ilina, o Defensor atende, ele acompanha o réu ou a criança e o adolescente?



A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - O réu, o réu carente. Então, agora eu vou entrar na área do atendimento. Agora, vou entrar na área específica do nosso trabalho.

Aqui, o que dá mais nesta vara são crimes de abuso sexual. Esse delito de que o Deputado João Ananias falou é normal nesta vara: crimes contra a criança, abuso sexual de pai tem demais e, principalmente, neste sentido de que ele falou: a mãe continua aguentando porque não tem condições de viver sozinha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora falou que, assim, são 2.347 processos, mas nem todos de violência sexual.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - São daqui. Não, porque ainda existem alguns resquícios da virtualização, e eu não tenho como dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas a grande maioria são de...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Abuso sexual. Eu vou dizer, eu não sei, ninguém pode dizer, porque estão na virtualização. Aí, eu não posso dizer quantos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas a senhora está dizendo o seguinte: que a grande maioria dos crimes contra a dignidade humana é de abuso.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - São abusos sexuais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Abusos sexuais.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Exploração, muito pouco. Então, quando chega aqui, que já chega o inquérito, não é, vindo da delegacia, como a Deputada Erika Kokay falou, esses inquéritos têm que ser muito bem instruídos, para a gente poder aqui responsabilizar o infrator. Então, esses inquéritos chegam aqui, e a gente atende a vítima. Há um atendimento, aliás, todo mundo tem um atendimento ótimo nessa vara, principalmente a criança, a vítima. Nós temos aqui uma psicóloga e uma assistente social, porque, antes da audiência, essa psicóloga ou a assistente social vai atender à criança antes de a criança vir falar comigo durante a audiência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não. É a isso que eu vou chegar.



Aí, então, essa psicóloga atende. O que está acontecendo atualmente é isto: a psicóloga atende, e depois a criança vem a mim e dá o depoimento dela. Eu já tenho uma experiência em pegar o depoimento dessas crianças, então a psicóloga também prepara antes da audiência. Depois essa criança, eu a encaminho para os CREAS, através da assistente social, que, inclusive, essa assistente social é cedida da Secretaria de Direitos Humanos para cá, para a vara, para trabalhar na vara do Estado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Da Prefeitura, é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Pensava que era do Estado. É da Prefeitura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a psicóloga e a assistente social? As duas?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não. A psicóloga é da Prefeitura, mas é do quadro do Tribunal, é servida também.

Então, essa assistente social faz um trabalho muito benfeito com os pais dessas crianças e encaminha para elas serem assistidas nos CREAs. E aqui é a responsabilização do infrator.

Quanto à exploração sexual, os processos que chegam, em 1998, quando eu assumi esta vara, 1998, eu assumi essa vara, eu encontrei muitos processos de redes de exploração sexual, processos volumosos, e que numa certa parte me assustou aquela situação. Mas, na época, nós prendemos muita gente, expedi mandado de prisão preventiva para muitas dessas pessoas, e foi uma celeuma danada, inclusive deu na imprensa, mas foi como nós tivemos uma saída de começar a apurar o que estava acontecendo. E realmente muita gente foi punida, e muitos daqueles que estavam cometendo a infração, eu acredito que eles se ressocializaram, porque usavam uma profissão como escudo para a exploração sexual.

Eu acredito que muitos deles, na época, até mudaram de profissão. A profissão, por exemplo, taxista...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não, taxista.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Aliciadores.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Os aliciadores, aqueles que trabalhavam muito, tinham muito era aquelas que dá um nome que trabalham com roupas, vendendo roupas, corretoras de... Não é isso? Chamam-se corretoras, os corretores. Então, eu acredito, eu acho que muita coisa mudou com isso. E, de lá para cá, motéis, motéis também existiam muitos motéis. Aí, também nós tomamos providências quanto a isso. A delegada também da DCECA tomou sérias providências, vinha fazendo um trabalho muito bom de investigação.

E isto é importante, que o trabalho da delegacia seja muito bom, que tenha estrutura bastante para fazer, porque de lá é que vem o inquérito, para ser responsabilizado aqui no Poder Judiciário.

Então, foram responsabilizadas essas pessoas, só que atualmente eu não vejo quase processo de exploração sexual aqui na vara. Sinto muito em dizer isso, mas as denúncias são poucas. Eu posso dizer que 100%, de 100% dos processos desta vara, eu posso dizer que, no máximo, 10% são exploração, no máximo, porque como a gente trabalha no dia a dia, a gente dá para verificar isso.

Ainda tem o seguinte: ainda existem aqueles que nós não podemos responsabilizar o infrator, porque a própria vítima chega aqui e nega o crime. Na polícia ela diz tudo, mas quando chega aqui... O que eu digo sempre é que a vítima continua sendo explorada. Então, elas negam na Justiça.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Em relação assim à família — pai, irmão? Porque, na época da nossa CPI, uma das maiores denúncias provocadas na própria família. Está certo? Então, as crianças diziam muito que eram padrastos, tinha sido o próprio pai.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Aí, é abuso sexual.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Do abuso.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É abuso sexual.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Quer dizer, vocês recebem, também, ainda muito assim em relação à família?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Do abuso sexual?



A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sim.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Também. Elas são assistidas...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sim, mas é mais a maioria?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - A maioria é abuso sexual.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu sei, eu estou dizendo, mas ainda existe muito caso na família, porque foi uma das coisas que a gente...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Existe.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - ...que a gente combateu muito.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Existe. Quando eu assumi a vara, existia muito padrasto.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Isso.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Atualmente, está existindo muito é pai, infelizmente. Pais, familiar; padrasto, tio? Existe muito isso.

Então, como eu estava falando, eu sinto muito, mas os processos de exploração sexual — de exploração, não são de abuso — são poucos que chegam aqui.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas doutora...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Eu acho o seguinte: precisamos — é a minha opinião —, precisamos que se dê estrutura a uma polícia para funcionar bem, a DCECA. Tem que se dar boa estrutura para a DCECA funcionar, porque aqui nas audiências, o representante do Ministério Público requer que a testemunha seja conduzida, e a gente requer sempre à DCECA, e a delegada diz sempre que não tem condição. Então, se ela não tem condição de encaminhar uma testemunha para uma audiência, ela também não vai ter condições de fazer bons inquéritos, investigar realmente os inquéritos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - E quanto... Só terminar isso aqui, esse meu pensamento. Primeiro, uma estrutura boa para a delegada, para ela trabalhar bem. E, segundo, eu acho que a exploração sexual é mais problema social. Eu acho que é preciso educação e, principalmente agora, programas sociais, prevenção, programas sociais para a assistência da família, porque é da família que vêm essas vítimas: família desestruturada, família sofrida e, às vezes, até na família



em que existe abuso sexual: elas são abusadas sexualmente e depois passam a ser exploradas. Diga.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, a vara da senhora está ligada, também, às outras varas no interior, ou a senhora só está falando da Capital?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não, a vara aqui é só da Capital.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Só da Capital. Mas a senhora tem noção do interior?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque a Câmara...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É o juiz da comarca.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, é só da Capital que a senhora está falando, só da Capital?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Só da Capital.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque a Câmara, quando entregou o relatório em março, disse que existem 74 pontos de exploração sexual, e a maioria desses pontos, até se citou...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - No interior, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, no interior. Citou alguns locais, e ela falou que a maioria desses pontos... E detectou também que são mais as famílias que estão explorando as crianças. São as famílias, não são redes. É o próprio pai, padrastos, irmãos que colocam as crianças para se prostituírem. Isso está no relatório. A senhora tem consciência desse relatório? Esse relatório chegou até as mãos da senhora?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não. Eu acredito que tenha chegado ao Ministério Público.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Chegou às mãos do doutor?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É. Depois que vem para mim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor tem e depois o senhor pode falar sobre isso, se o senhor tem noção disso?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Primeiro, vai para o Ministério Público; depois vem para mim.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, outra coisa que eu queria falar para a senhora, em relação... A senhora estava falando sobre as crianças que são tratadas, que aqui a criança é bem tratada, na questão do abuso, porque a nossa Comissão também fala de abuso.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora disse que as crianças, que aqui tem mais a omissão das mães. Não há uma penalização para essa omissão das mães, nesse caso? A criança volta para o lar, ela quando... Para onde vocês encaminham, nesse caso, quando há omissão dos pais, essa criança que já foi vitimizada? O que acontece, ela volta para a casa?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Essa criança, geralmente, não se encontra mais dentro do lar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ela volta, ela fica onde? Ela...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Ela se encontra num...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ...se encaminha para o CREAS?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Isso. Não, mas, além da delegacia...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E dali vocês acompanham?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Quando o inquérito vem da delegacia, já vem com a criança em outro canto, já tendo sido encaminhada para um abrigo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vai para um abrigo?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É. Se não tiver família ou então se o abuso está sendo na própria família. Entendeu? Aí, a delegacia já encaminha para que essa criança não fique dentro do lar, ou então pede a prisão dele, que é uma maneira de ele sair de casa. E aqui a gente concede muito prisão nesse caso. Então, eu quero... A senhora terminou?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, pode ir.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Finalmente, eu quero terminar aqui a minha parte, mas vocês podem fazer algumas perguntas para eu responder, mas só no sentido do depoimento especial, contra as vítimas. Esse depoimento, nós tivemos aqui, ficamos aqui na luta para que ele seja implantado...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para a senhora já aproveitar, o depoimento é único? Porque assim...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - O depoimento é único.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O depoimento é único? Aqui se vai responsabilizar o criminoso.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Aqui se vai responsabilizar o infrator.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, ele não vai responder por isso em outros locais...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... em caso de exploração e tal. Ele vai responder tudo aqui. Aqui concentra.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Ele, cometendo um crime em Fortaleza, responde aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não existe, assim, o fato de formação de quadrilha, e aí vai para outro canto, está lá. É tudo aqui.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não. Crime sexual é aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E daqui...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Crime contra a dignidade sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E os outros crimes correlatos?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Se junto... Exato, e outros correlatos. Se, junto com essa exploração sexual, existe quadrilha...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É aqui também.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - ...vai ser aqui também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, está ótimo. Então, o depoimento único da criança. É bom isso, demais.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - E se ele for para o interior depois do crime sexual, tem como mandar buscar?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Primeiro, tem o mandado de prisão. Primeiro, a gente esclarece bem que eles não podem sair da cidade, certo?



Outra coisa: nós estamos agora, atualmente, lutando para que seja implantado o depoimento especial, que é justamente para essa criança não ficar na frente do juiz, na frente do promotor, na frente dos advogados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixa eu lhe dizer uma coisa. Vocês querem implementar aqui o depoimento sem dano, não é isso?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É, exato. Já estamos na...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Já estão nesse processo.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Isso, nesse processo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas varas tem no interior?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Em cada comarca, não é vara, não existe vara.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É comarca.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É comarca.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas comarcas tem?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Quantas comarcas de interior, doutor? Cento e oitenta e três.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Cento e oitenta e três.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Comarcas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quantos Municípios têm aqui?

O SR. JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO - Cento e oitenta e quatro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem 184 Municípios, então praticamente todo município tem comarca.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Então, está muito bem assistido o Poder Judiciário.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, está bom.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Está bem assistido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor é o Juiz Diretor do Fórum?



A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É. É o Juiz Diretor do Fórum, o Dr. Krentel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Prazer.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Já tinha vindo. O Diretor já tinha. Ele chegou, eu estava falando, mas o apresento aqui como o Diretor do Fórum, o Dr. Krentel. Ele já tinha vindo e pediu desculpas para sair, e retornou agora. Então, pronto.

O SR. FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE - Exmos. Srs. Deputados Erika Kokay, Liliam Sá, Gorete Pereira, Padre José Linhares, João Ananias, é uma satisfação muito grande recebê-los aqui para tratar desse assunto, que é o nosso dia a dia, e que nos deixa feliz saber que a Câmara dos Deputados também está nesta batalha.

Foram feitas várias ponderações aí pelos Exmos. Deputados. Eu vou tentar traçar alguns pontos sobre elas e, obviamente, à medida que eu for falando, sintam-se à vontade em interromper. Perdoem-me se eu falar algumas coisas óbvias, mas é porque a gente precisa, digamos, nivelar um pouco o assunto.

Quando falamos de exploração sexual, primeiro de tudo, temos que tratar do que motiva, dos vetores dessa exploração. O primeiro e mais antigo, mais clássico, a desigualdade social. Não há o que falar sobre ele. É óbvio demais. O segundo que nós temos hoje, nós enxergamos de um tempo para cá: a desestruturação da família. O que mais nós vemos, quando tratamos com adolescentes em conflitos com a lei ou com vítimas de exploração sexual, é a ausência da figura paterna. Isso é um fato preponderante, não somente para a prática do ato infracional, mas para que essa adolescente, esta criança ou este garoto seja vítima da exploração sexual. Como muito bem já pontuou aqui o Padre Linhares, o *crack* é também motivo de todas as mazelas que enfrentamos hoje no nosso País. O outro ponto, também, que os senhores bem sabem tanto quanto eu, é a questão da mídia. De uns tempos para cá, a mídia tem apresentado uma certa glamourização da prostituição. Em várias novelas, nós vemos prostitutas sendo retratadas de uma forma, por assim dizer, bastante *light*. No momento em que isso acontece, vai-se trazer um reflexo, também, no pensamento dos nossos jovens, das nossas adolescentes. A nossa sociedade consumista, é claro, contribui demais para isso.



Então, é importante, quando tratamos da exploração sexual, pensar muito mais na prevenção que na repressão, porque a experiência que nós temos, a Dra. Ilna já há 14 anos aqui, embora eu não seja titular aqui da 12ª Promotoria, mas no interior sempre mantive uma luta, digamos, incessante contra esse problema, o que a gente vê é que, uma vez iniciada a vítima nessa situação de exploração, retirá-la é muito difícil. Então, temos que sempre buscar muito a prevenção.

O que digo para os senhores e para as senhoras também, algo que é óbvio, os dados que nós temos hoje são a ponta do *iceberg*, não refletem, de forma alguma, a nossa realidade. O aumento das denúncias, com certeza, é reflexo da conscientização, não da explosão dos casos de exploração sexual. Eles vêm crescendo, e muito, mas, digamos, de uma forma um pouco mais linear, dia a dia. O que nós vemos que é necessário, e por isso é tão importante a presença dos senhores e das senhoras aqui, é a implementação de políticas públicas.

Também é desnecessário falar que a educação, a saúde e o combate à desigualdade são os pilares para se efetivamente combater a exploração sexual. Políticas públicas nas três esferas estatais.

É comum, quando falamos de exploração sexual, nos referirmos exclusivamente à exploração que está ligada aos estrangeiros, ao chamado turismo sexual. Mas isso, senhoras e senhores, também, perdoem-me repetir a metáfora, é a ponta do *iceberg*, é o outro *iceberg* que a gente está vendo a pontinha. Hoje em dia, a exploração por estrangeiros é bem menor do que o total do problema que nós enfrentamos. E aí, quando eu falo estrangeiros, não somente os estrangeiros propriamente ditos, mas os turistas nacionais. Aqui, na nossa Capital, nós teremos vítimas de exploração sexual de turistas brasileiros de outros Estados. Mas, mesmo a junção desses turistas nacionais e internacionais, isso representa uma parcela pequena da exploração sexual.

Recentemente, eu recebi o relatório da CPI da Câmara Municipal, concluí a leitura, porque realmente é um pouco longa e temos que compatibilizar com as outras atividades. Ontem eu até estava pretendendo redigir alguma coisa, mas terminei não o fazendo, mas tenho que fazer, porque tenho que prestar contas ao Procurador-Geral. Um relatório excelente, um trabalho feito pela Câmara Municipal de Fortaleza me surpreendeu, muito bom, aponta uma infinidade de locais ligados à



exploração sexual, só que, e até isso foi bem explicado pelos Vereadores, não se buscou identificar pessoas. Até porque isso realmente não era função e a Câmara Municipal não teria estrutura para isso. Então, foi feito um diagnóstico de que a parte dele será necessária uma investigação realmente policial.

Agora, quando tratamos de 74 pontos, aí, com tristeza, eu digo, são muito mais que 74. Se caminhar pelas ruas de Fortaleza, principalmente em locais onde a renda *per capita* é menor, digamos assim, 74 pontos encontraremos em cada rua. Todas as esquinas serão locais onde encontraremos nossas adolescentes e nossas crianças em situação de exploração sexual. Então, como digo, alguns desses pontos têm que ser efetivamente atacados. Quando tratamos de bares, de hotéis, é possível adotar providências repressivas. Agora, a enorme maioria desses pontos, não. São esquinas onde as garotas estão à espera de clientes, abordando os que por ali passam. Então, não há como reprimir essa situação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É só menina ou menino?

O SR. FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE - Muito mais meninas, historicamente meninas. Está crescendo o número de garotos também, de garotos que se travestem para fins de exploração sexual. Esse número tem crescido, tem aumentado. Embora saibamos que, historicamente, o número maior ainda é de garotas.

O que a Câmara Municipal apontou e é algo, mais ou menos, fácil de se compreender hoje e, aí, direcionando para exploração pelos turistas, também porque vamos ter que dividir algumas coisas, definir algumas coisas, o que alguns têm feito hoje? Alugado casas, e a prática do crime ocorre no âmbito de uma residência. Então, algo extremamente difícil de coibir. Um italiano vem para cá, estabelece residência, aluga um *flat* e convida conterrâneos para que venham aqui, e esses conterrâneos, infelizmente, não vêm simplesmente, como já foi dito, para apreciar as nossas belas praias. Então, isso é algo muito complexo até de se detectar. Coibir a entrada num hotel é um pouco mais simples do que coibir a entrada num *flat*, e numa casa, então, isso é virtualmente impossível. Como vamos controlar se numa determinada casa, no Bairro da Aldeota, há alguém impedindo que adolescentes entrem? E é o que nós temos visto, frequentemente. Quer dizer, nós não temos visto



frequentemente, perdoe-me corrigir, é o que o relator da CPI nos aponta que está acontecendo, e é fácil de entender que realmente isso esteja acontecendo.

Com relação ao crime de exploração sexual, existe uma dificuldade a mais. A Dra. Ilna, a quem eu me esqueci de saudar, desenvolve um trabalho excepcional há vários, aqui, com pulso firme, tem coibido tudo que aqui chega. Infelizmente, como ela mesma disse, ultimamente não temos recebido muitos procedimentos ligados à exploração, porque realmente a apuração é um pouco difícil. Mas a Dra. Ilna, além de ter feito um excelente trabalho ao longo dos tempos, recentemente conseguiu, para minha surpresa, alterar a competência da vara, porque realmente o trabalho estava completamente inviabilizado. Voltou a ficar difícil, mas viável.

Então retomando, nos casos de exploração sexual, com um agravante a mais na questão da repressão ou na questão judicial: a vítima não se reconhece como vítima. Num caso de abuso, um padrasto violenta uma garota e eventualmente ela pode ter laços que também impeçam um depoimento isento. Mas, muitas vezes, ela vem aqui e relata exatamente como foi aquele abuso, e nós temos como punir o agressor. Num caso de exploração sexual, a garota normalmente não entende que está sendo vítima de um crime e, em geral, permanece na situação de exploração. Então, ela não vai depor. Se nós conseguirmos trazê-la, ela não vai dizer que aquele crime efetivamente aconteceu, e sem a palavra da vítima é muito difícil qualquer medida de repressão.

Como eu disse antes, e repito, não é dizer que não vamos punir, que não queremos punir. A punição é importante, mas é difícil pelos fatores que eu já apontei e não contribui tanto, na minha visão, quanto a prevenção. Se punirmos um agenciador, infelizmente, é idêntico a punir, não que não façamos, mas é idêntico a punir um traficante. Ele vai preso e alguém assume a "boca". Punimos o agenciador, se ele for preso, alguém vai assumir aquele posto. Então, temos que punir, claro, mas temos que correr muito mais atrás da prevenção.

A respeito dos grandes eventos, dentre eles a Copa do Mundo, aí eu também tenho que externar a minha opinião particular, que pode estar completamente equivocada. A preocupação com eventos como a Copa do Mundo, no que se refere à exploração sexual, para mim, é um erro. A preocupação da exploração nas grandes obras, não. Por quê? Porque quando se instala um canteiro de obras



gigantesco, garotas que ainda não eram vítimas da exploração passam a ser. Quando tratamos de um evento como a Copa do Mundo, que vai durar 30 dias, particularmente, eu não creio que isso vá contribuir, significativamente, para a exploração sexual. Na minha visão, que, repito, pode estar completamente equivocada, algumas vítimas ganharão um pouco mais de dinheiro naquele período, mas depois a coisa voltará mais ou menos ao normal. Não que não se combata, que não se procure evitar. Mas, para mim, há situações muito mais emergenciais, como as obras que estão sendo implementadas pelo PAC para as Olimpíadas e para a Copa. Essas obras, para mim, são mais preocupantes do que o evento propriamente dito.

Como eu já disse para as senhoras e para os senhores, pelo que vejo, a exploração do dia a dia pelos locais é muito maior, muito mais grave e muito mais invisível que a exploração praticada pelos estrangeiros. Embora estejamos tratando hoje de Fortaleza, a primeira ponderação óbvia é que o que dizemos aqui certamente se aplica a todas as Capitais, e a observação não tão óbvia, mas mais triste ainda, é que o que dizemos aqui se aplica a quase todas as nossas cidades, eu diria, todas as nossas cidades do interior, não no que se refere à exploração por turistas, mas pelos locais. O que nós sabemos é que muitas, muitas garotas se prostituem por valores idênticos aos valores de pedras de *crack*, ou seja, a prostituição tem como única finalidade a manutenção do vício e isso não é somente em Fortaleza.

Passei 7 anos e meio trabalhando em Tianguá, que é uma cidade do interior aqui do Ceará, e lá nós lidávamos com isso no dia a dia, e é algo muito difícil de combater. Com várias adolescentes eu conversei, chamei para a minha sala, prestavam serviço no fórum, e era difícil oferecer algo diferente do que elas tinham naquela situação. A exploração sexual, muitas vezes, traz para a jovem benefícios que a família, que o Estado não trazem. Uma garota de 15 anos que começa a andar em carros importados, começa a ter acesso a aparelhos celulares de última geração, roupas caras, perfumes, se chegamos para ela, como eu cheguei várias vezes e disse: *“Isso não é bom para você, saia dessa vida”*. *“E aí, eu vou fazer o quê, para ter acesso a esse tipo de coisa?”* Qual a minha resposta? Nenhuma. Não tenho o que responder.



O que é que o Estado oferece para tirar essas garotas da exploração sexual? A educação pública, infelizmente, não tem a qualidade que gostaríamos, embora tenha melhorado bastante, e as oportunidades de ascensão também não são tantas pelos caminhos, digamos, mais convencionais.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - A média de idade?

O SR. FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE - Deputada Gorete, temos muitas crianças, hoje em dia, na questão da exploração sexual. Lembro um caso que passou aqui pela vara. Por que esse caso chegou, um caso bastante peculiar? Uma garota, que eu não recorro se tinha 10 ou 11 anos, ajustou um programa com um maior de idade, se não me falha a memória, por 5 reais, se não 10 — não mais do que 10 — 5 ou 10 reais. E por que o processo chegou aqui? Porque o réu não tinha dinheiro para pagar. Então, de exploração sexual virou abuso sexual, porque a vítima percebeu que ele não tinha dinheiro, desistiu do programa e ele levou até às últimas consequências, por assim dizer. Se ele tivesse pago os 5 reais a essa garota de 10 anos, eu não estaria contando para os senhores e para as senhoras o caso; teria se resolvido por lá.

Então, nós temos garotas de 10 anos. Ainda não vi menos do que isso, com certeza devem existir, de exploração. Mas, a partir de 10 anos, nós temos casos, e nesta faixa dos 12, 13, 14, 15, muitas garotas em situação de exploração sexual, muitas exploradas pela família. Se os senhores e as senhoras tiverem acesso à íntegra do relatório da Câmara Municipal, podem ver um depoimento de uma jovem, que eu não lembro o nome fictício que foi colocado, mas ela alega que enfrenta essa situação de exploração sexual porque o pai abandonou a mãe quando soube que a filha que nascera era deficiente. Então ela ganhava dinheiro para ajudar a mãe no sustento da filha deficiente. Então, muitas vezes a família realmente participa dessa exploração.

Repito: a vítima nem sempre se entende explorada. A mãe, que muitas vezes foi ou é prostituta, não enxerga os danos que a exploração sexual vai causar para a sua filha. Então, acha natural. No interior, eu já tive a oportunidade de fechar um estabelecimento com três adolescentes e três adultas, uma das adultas que lá estava se prostituindo era dona do estabelecimento, junto com o pai, que era quem fornecia as bebidas e tudo o mais. Então, o pai agenciava a própria filha, que não



era mais adolescente, que já tinha acho que 20 anos, mais três que lá estavam na adolescência. Então, enfrentamos isso no nosso dia a dia.

Para encerrar, porque já estou me estendendo excessivamente, só repisando, temos que buscar caminhos para prevenir que as nossas jovens, que as nossas crianças ingressem nesse mundo de exploração, porque, uma vez lá dentro, retirá-las é sempre muito difícil.

Eu agradeço a atenção dos senhores e das senhoras.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dr. Francisco, eu gostaria de fazer uma pergunta em cima da sua fala. O senhor fala dessas casas, que o estrangeiro vem e aluga essas casas, e essas casas servem como prostíbulo, para que as meninas se prostituam nesses locais. Eu tenho recebido também informações, até de outros Estados, de que existe mesmo essa prática, essas casas e até pessoas que fazem festas e trazem as crianças e as adolescentes para essas casas, e o ingresso é muito caro — para entrar numa casa dessas pode custar até 5 mil reais, para que políticos e empresários venham para essas festas. Isso tem a conviência até de pessoas ligadas a...

O SR. FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE - Ao poder público.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ao poder público. E eles não fazem nada, embora saibam que isso existe, como o senhor mesmo disse. O que o senhor fez? Qual a providência que a vara tomou? Isso já foi falado na delegacia? Essas casas foram detectadas? Algumas delas estão sendo investigadas? A Polícia Federal já tomou conhecimento disso? A Polícia Federal está investigando?

Porque essas redes, como eu disse para ela, se reorganizam. Como elas foram combatidas de um jeito, elas se reorganizaram de outro jeito, através da Internet, através de *flats*, através de casas alugadas, enfim, de outras maneiras. Mas a exploração continua, e essas redes continuam atuando, como nós sabemos, e por isso existem tantas denúncias, por isso existem tantas meninas se prostituindo — a gente vai para vários lugares, a gente passeia por aí e vê as meninas. Então, existe a prostituição, e a gente não pode colocar uma máscara e dizer que não existe. Pode não estar chegando à vara, mas que existe, existe.

Então, o que vocês fizeram? A Polícia Federal está investigando isso? Vocês já detectaram esses locais? Qual providência foi tomada?



O SR. FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE - Deputada, como eu comentei há pouco, eu recebi esse relatório da Câmara Municipal que aponta essa nova forma de exploração. Não tenho certeza de que já tenha sido encaminhado diretamente para a Polícia Federal ou para a Polícia Civil. Bem, imagino que sim. Ele foi encaminhado para que eu o analisasse, para que eu o lesse, e tentasse encontrar caminhos a serem seguidos. Confesso que ainda não o devolvi para meu chefe com as observações feitas, até porque o relatório é consideravelmente longo, supera bastante as 100 páginas, e tem que ser lido com critério.

Quando a senhora diz que anda pelas ruas e vê as garotas sendo exploradas, são duas nuances: essas que a senhora vê sendo exploradas dificilmente nós as encontraremos nas casas a que estamos nos referindo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, eu sei que existe...

O SR. FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE - São nuances diferentes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Diferentes, mas que existe rede, existe, até aquelas que são para hotéis. O cara liga, já há até o disque para *escort girls*. O cara diz que quer as novinhas, do jeito que for, e elas até entram nos hotéis também.

O SR. FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE - Sim, existem essas redes, e isso é inquestionável. Agora, como eu disse a senhora, a partir desse relatório bem elaborado da Câmara, vamos tentar uma nova investigação, porque o relatório não enseja diretamente a responsabilização. Ele relata fatos, mas não diz exatamente o endereço da casa, não aponta exatamente qual é o hotel, apenas relata a existência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por uma questão de ordem — vou passar para o Deputado João Ananias depois... Nós tínhamos mais duas visitas hoje, mas acho que teremos de cancelar as duas, porque, por informações sabemos que nós demoramos muito tempo para chegar à DECECA e ao IML. E como uma seria às 11h e outra às 12h, vamos tentar organizá-las para amanhã.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) — Pois é, eles estão dizendo às 12 horas e eu penso que sim. Se a gente sair agora, mesmo que leve uma hora,



a gente chega um pouco atrasado. Então vou pedir só para a gente acelerar. O promotor não vai estar hoje à tarde, mas a juíza vai estar, não é isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não vai estar?

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Nós vamos com a Dra. Ivana, que é da Delegacia de Combate...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, vou passar para o Dr. João. Vamos fazer o seguinte: vamos manter uma visita à DECECA, embora vamos chegar um pouco atrasados. Sr. Francisco, vamos ver se a DECECA pode nos atender um pouco mais tarde.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, pronto. Então a gente suspende a outra e vamos ver se faz a outra amanhã.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Dr. Carlos, eu acho que fica muito claro na sua fala o tamanho do problema e da dificuldade que o Estado —falo do Estado como ente; nas suas várias instâncias, mas como ente público — tem de tratar essa questão. Nós temos adversários que estão aí, todos os dias, como a mídia.

O senhor colocou uma questão, que eu acho corajosa, porque a mídia é intocável, porque ela julga e detona a pessoa do jeito que ela quiser, e isso fica feito e acabou, mas, a mídia nessa questão da exploração... O senhor colocou algo interessante: a história de como são tratadas determinadas questões, às vezes de modo útil, positivo, como as da área da saúde. Mas, quando se trata de questão relativa à sexualidade... E eu não sou conservador, não tenho razões para ser, acho até que as mulheres conquistaram o espaço que precisavam conquistar, porque o machismo punia as mulheres com relação a isso, castrava as mulheres com relação a isso, e acho que houve um avanço importante. Agora, daí, entre o avanço e a degeneração há uma distância muito grande.

Veja bem: essa questão de como ela trata determinados papéis... Vamos para a generalidade: como a mídia trata a sexualidade feminina? Como ela trata o corpo da mulher, como ela o explora isso para vender carros, copos descartáveis, para



vender qualquer coisa. A cerveja, eu ia chegar a essa questão. Falamos muito do *crack*, o *crack* é a palmatória... Não é o *crack*, é o álcool, o alcoolismo. A ONU disse ao Governo brasileiro que era preciso reduzir o consumo de álcool — a juventude está começando a beber aos 10, 11 anos. Os indicadores são perversos: o álcool responde por 10% da mortalidade geral no País — 10%!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Exatamente. Libera essas meninas que estão nesses pontos, nas esquinas, nos bares... Vão aos bares do Bom Jardim de madrugada e vejam quantas garotas embriagadas estão lá.

Dra. Ilna, Dr. Carlos, minhas queridas companheiras Deputadas, Erika e Gorete, meu mestre Padre José Linhares, eu sou pai de uma garota — hoje ela tem vinte e tantos — que quando tinha 13 anos fui com ela a uma casa de *shows*. Fui porque era pai, para que ela não fosse só. Fui com a máxima má vontade possível, porque eu detesto forró — acho lixo puro aquilo tudo. De repente fui, era minha filha, 13 anos, e fiquei até às 3h da manhã sentado no meio do tempo, como se diz, porque não havia nada coberto. Havia um palco lá no fim do mundo, uma banda dessas da Bahia ou sei lá de onde, e eu lá, com minha esposa, que também é médica. Ficamos nós dois lá sentados, observando garotos de 12, garotas de 12, 13 anos, todos bêbados, vomitando: uma aqui, outra ali, outra acolá. Um espetáculo absolutamente dantesco. E, aí, uma garota embriagada ou um garoto embriagado vai usar camisinha? Ele vai se impedir, no ímpeto da sexualidade dele, com a liberalização, a liberalização que a própria mídia mostra.

A mídia exagerou nessa questão. Você vê coisas absurdas! Na *Malhação*, que é para a juventude, o pessoal tem relação às 6 horas da tarde na televisão, mostrando pra todo o mundo. Eu não sou palmatória do mundo, não sou absolutamente conservador em relação a isso, mas isso abre portas, porque é a fome e a vontade de comer. É o instinto, que era reprimido ou pela religião ou pela família. É um embate constante.

Eu coloco sempre que, nos crimes sexuais, a razão é derrotada pelo instinto. É um embate constante. Isso é atávico. Nós vivemos em bandos há alguns mil anos, e essa questão era uma questão muito forte, e ainda é atavicamente. Só que quando a razão prevalece, aí é a educação, quando ela consegue realmente vencer,



é quando faz com que a razão supere o instinto. Mas, aí, com essa generalização do álcool sem controle... Porque o Poder Público... Nós todos falhamos.

Ninguém controla as portas desses bares — é muito difícil, eu concordo com o Promotor — e muito menos dos *shows*, muito menos. Ave Maria! Vão um dia, pra ver como é isso! A turma só fala dos *shows* lá do Rio de Janeiro — como é que se chamam aqueles lá? —, dos *funks*. Não. Vão para os forrós aqui, no Marinas. Não é só na periferia, não, é em todo canto, Padre José Linhares. E, aí, nós estamos vivendo essa questão, que é grave. E o álcool, para encerrar Deputada Érica, o uso abusivo do álcool. Quer dizer, a mídia...

Nós apresentamos um projeto de lei naquela Comissão Especial contra o uso abusivo do álcool, apresentamos um projeto de lei e, depois que eu apresentei, eu soube que o Presidente Lula tinha apresentado em 1996 e que ele não marchou. Sentaram em cima. Eu disse: “*Se o Presidente Lula não conseguiu, imagine o João Ananias, lá do baixo clero da Câmara*”. Então, para reduzir a propaganda de televisão, a propaganda sedutora, inteligente, atrativa, mulheres belíssimas, quer dizer, que com certeza seduz, e que a gente fica... E isso tem uma ligação, como a Deputada Érica, isso é porta de entrada, porta de entrada pra tudo, inclusive para a sexualidade precoce, prematura, para a gravidez, pra AIDS, para a tudo.

Então, eu acho que nessa questão nós não podemos nem demonizar a mídia, mas também não podemos sacralizá-la, muito pelo contrário. Ela é quem desmontou e está desmontando esses costumes, esses valores, que não são valores atrasados, idiotas, daquela coisa passada, não, da redoma, não; são valores que precisam estar contidos no processo de formação da personalidade, da educação formal, que também passa por isso.

Por que a escola está falhando? Eu tenho a capacidade de ensinar um cearense a falar chinês? A escola tem. Ele tem a capacidade de aprender, a escola tem de ensinar. Então, é uma simbiose perfeita. Por que não estão ensinando outras questões? Porque esses valores estão ficando para trás, estão sendo deixados de lado, sendo substituídos por essa liberalização, erotização exagerada.

Eu concordo plenamente com você, concordo plenamente. Essa questão precisa ser abordada, e ninguém tem coragem. Tanto é que houve conferências estaduais de comunicação e a Conferência Nacional de Comunicação em 2009. Há



lá milhares de propostas, ninguém tem coragem de tocar, porque elas pulam lá, acolá, dizendo que é censura. “*Não, é censura!*” Não, não pode mexer. Pra ela não existe controle.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Vamos encerrar, agradecendo a juíza que vai estar conosco.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - O Diretor-Geral quer falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Diretor-Geral, o senhor quer falar?

O SR. JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO - Primeiro, quero agradecer a presença dos senhores dessa importante Comissão Parlamentar de Inquérito e falar de um problema grave que aflige toda a sociedade. Eu sou juiz de família e, apesar de a gente não ter na vara casos de abuso sexual ou de qualquer outra situação envolvendo a criança em relação a crime, a gente vê a degradação da família. Eu tinha um processo em que o pai e a mãe não queriam ficar com o filho. E o filho não era drogado, o filho não era tão problemático; era apenas um querendo jogar para o outro a responsabilidade que ambos têm. Então, eu acho que também todo esse problema passa pela valorização da família.

O que o Deputado João Ananias falou — ele falou com muita propriedade e o parabenizo pelas palavras — é que os valores que a nossa sociedade brasileira tem estão se perdendo por conta de vários fatores. Então, eu acho que a gente precisa também buscar a questão da família, de dar importância à família porque, afinal, ela é o cerne de tudo.

E só para encerrar, bem rápido: aqui no nosso Tribunal de Justiça, como foi dito aqui, ano passado foi feita uma alteração na competência da 12ª Vara Criminal para que ela pudesse ter mais eficiência, para que ela pudesse trabalhar melhor. Ela já tinha um trabalho bom, um trabalho bem feito, através da Dra. Ilna, aqui presente, e foi verificado que, fazendo essa alteração, o trabalho melhoraria ainda mais. É o que foi feito e que está trazendo ótimos resultados para o nosso Judiciário.

Então, parabenizo a Dra. Ilna e parabenizo todos os Srs. Parlamentares, principalmente os nossos cearenses aqui presentes, Padre José Linhares, Deputada Gorete Pereira, Deputado João Ananias e as Deputadas que infelizmente não são cearenses, mas podem ser de coração... Ah! São cearenses? Desculpem-me.



Nasceram aqui? Então, pronto. Quero dizer que nós aqui estamos sempre à disposição para o que for necessário para podermos resolver esse problema, porque é um problema de todos, é da sociedade. E o Poder Judiciário não está alheio a esse problema. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer muito à Dra. Maria Ilna Lima de Castro — a gente vai se encontrar de novo à tarde na Assembleia; agradecer ao Dr. Francisco Carlos Pereira de Andrade.

Nós divergimos sobre a questão dos grandes eventos, até porque os dados da África do Sul indicam o contrário. Os dados da África do Sul, quando houve a Copa, muitas crianças e particularmente adolescentes adentraram à situação de exploração sexual pela oportunidade, pelos recursos que invadiram a cidade através do turismo, através do turista. Então, houve realmente uma série de violações às crianças e adolescentes, inclusive o aumento da exploração sexual, em função daquele período, que oportunizou uma entrada nessa situação, que é uma situação de muita violação de direitos, enfim. Então, eu gostaria de lhe agradecer muito também a oportunidade de proceder esses esclarecimentos.

Nós vamos agora, então, para a delegacia. Eu estava conversando com a Deputada Liliam que, como a Delegada vai estar conosco também à tarde na delegacia, que nós pudéssemos apenas atestar as condições e que as perguntas nós pudéssemos deixar para que ela responda à tarde.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Deputada, eu posso falar bem rápido?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com certeza. A senhora pode falar bem rápido, bem lento, bem...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Quanto à questão da Copa. Eu acho que, com a Copa, realmente vai acontecer isso, vai aumentar. Agora, vamos solucionar como? Dando estrutura para a delegacia redobrar o seu trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E nós também temos a avaliação que não podemos... A Copa é só um aspecto que entra e que depois...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - E aumenta.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...aumenta e que permanece após a própria Copa. Mas nós temos uma preocupação de não ficarmos buscando medidas apenas para a Copa...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É, exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... mas são medidas que poderiam ficar, que fiquem depois.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - ...mas são medidas que poderiam ficar, que fiquem depois. Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exatamente.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - E uma estrutura boa na delegacia seria uma medida que fica para depois.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque, assim, o Promotor foi muito feliz, penso eu, ao dizer que a prevenção... É mais tangível um processo e mais rápido um processo de prevenção para a ESCA, para a exploração sexual de crianças e adolescentes, do que o abuso. O abuso também tem que ter um processo de prevenção, não tenho dúvida disso. Mas como a variável da própria pobreza é uma variável muito mais determinante na exploração sexual, penso eu, do que no próprio abuso, é mais tangível uma prevenção. Uma prevenção é mais tangível, ainda que o abuso sexual também tenha que ter isso, porque significa o tratamento...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...significa uma série de aspectos; significa, inclusive, as campanhas de denúncia e também o tratamento do abusador.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Do abusador. Era isso que eu ia falar. No abuso sexual, se o abusador não for tratado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque o pedófilo pode ficar 40 anos preso. Quando ele sair, ele vai continuar abusando...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...se ele não passar por um tratamento.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Por um tratamento. Exatamente.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A comparação eu acho que é interessante, a comparação entre o traficante e o usuário, digamos assim. Já foi feita uma audiência pública nossa pela Polícia Federal como é que se lida com o traficante, como é que se lida com o usuário, digamos assim, de drogas, fazendo um paralelo com a exploração sexual. E nós realmente temos visto que a questão da síndrome de dependência, que tem como porta de entrada, via de regra, o álcool, o *crack* não é porta de entrada. Via de regra, ele é uma consequência de uma situação de já vulnerabilidade, de já vulnerabilização das crianças e adolescentes, mas ele, com certeza, é estruturante porque leva a outros tipos de violação, sem nenhuma dúvida.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Deputada, parabênizo a senhora por ter essa visão de que o abusador tem que ser tratado. Isso aí no caso de abusador. Explorador, não; explorador é outra coisa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Mas o abusador tem que ser tratado, porque, senão, é como a senhora disse, ele vai fazer de novo. Tem casos aqui em Fortaleza...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele fica 40 anos, 30 anos preso...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Exatamente, faz novamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... ele vai voltar a abusar de novo.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - E quero já adiantar para vocês que eu tive notícias até boas esta semana — não foi, Dr. Carlos? — de que os presos de crimes sexuais estão todos separados dos outros delitos nos presídios. Eu fiquei satisfeita, por quê? Porque eles são presos diferentes de um preso de assalto. Não podem ficar juntos. *“Ah, não é porque vão bater, vão matar?”* Não, é porque...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Mas tem essa política, não é?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Mas não é por isso que eu digo que têm que ficar separados, mas porque eles são diferentes. Então, eles têm que



ficar em lugares diferentes. Eles têm que ter um tratamento, principalmente os abusadores. Os exploradores, não. É outra coisa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, então eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade que vocês nos deram de esclarecer sobre a questão aqui. E nós esperamos a senhora à tarde. E o senhor, assim, a gente toma a liberdade, Dr. Francisco Carlos, de encaminhar qualquer coisa que, porventura, achar que é necessário lhe perguntar, enfim, para que o senhor possa nos esclarecer. Está certo? E aí vamos para a delegacia, agora, não é?